

RELATÓRIO DE GESTÃO – RELGES
Conforme anexo I A da IN TC 34/2015 e alterações

RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES
Prestação de Contas Anual do Exercício de 2016

Gestor Responsável: Carlos Roberto Casteglione Dias

Identificação: Contas de Governo

Exercício (período): 01/01/2016 a 31/12/2016

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão compõe a Prestação de Contas do Município de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao exercício de 2016, conforme Instrução Normativa nº 34/2015 do TCEES e alterações. O presente relatório aborda o desempenho da gestão municipal com destaque para os aspectos orçamentários, financeiros, fiscais, patrimoniais e operacionais da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim.

As informações constantes neste relatório são de natureza qualitativa e quantitativa, onde, por meio de dados coletados nos diversos órgãos da administração municipal, são elencados os fatos de maior relevância acerca dos aspectos supramencionados.

2. RELATÓRIO DA GESTÃO MUNICIPAL

2.1. Estrutura administrativa

A estrutura da prefeitura está atualmente composta por 24 Secretarias, incluindo a Procuradoria, a Controladoria e Autarquias (Ipaci, Agersa e Dataci). Em 31/12/2016 eram 4.742 servidores com a folha de pagamento no valor de R\$ 10.266.904,09 (excluído o décimo terceiro e férias).

Os pagamentos com efetivo lançamento no sistema estavam paralisados na data de 23/12/2016 (Prefeitura) e 22/12/2016 (Fundo de Saúde). Constava ainda uma diferença na baixa da folha de pagamento de pessoal na data de 22/12/2016, tanto no lançamento bruto quanto líquido;

O prédio da prefeitura e das secretarias foram encontrados em deficientes condições de uso, banheiros interditados, aparelhos de ar-condicionado quebrados, móveis e equipamentos sem manutenção, etc.

2.2. Transparência Pública Municipal

A transparência do município de Cachoeiro do Itapemirim foi reprovada por reiteradas avaliações, tanto do Ministério Público Federal, que posicionou Cachoeiro na 40ª posição entre os municípios capixabas, quanto do Tribunal de Contas, que classificou na 34ª posição na avaliação de transparência ativa e na 52ª posição no ranking de transparência passiva.

Isso mostra um grande descumprimento de vasta legislação federal sobre o tema, como a Lei Complementar 131/2009 e a Lei 12.527/2011. Apesar disso, não foi identificada qualquer ação em andamento no sentido de melhorar transparência do município.

Um vazamento, na segunda semana de gestão, no segundo pavimento do Palácio Bernardino Monteiro – onde está localizado o gabinete do prefeito – ocasionou alagamentos no primeiro e segundo andar, danificando computadores e arquivos importantes.

2.3. Ouvidoria municipal

Na Ouvidoria Geral do Município, foi identificada a existência de 5.675 demandas em aberto entre 2014 e 2016. São reclamações, solicitações e denúncias que foram recebidas pela Ouvidoria mas não foi feito qualquer registro de baixa ou solução do problema. Devido ao grande quantitativo, que impossibilita a análise individual de cada caso, será dado baixa automática em todas as demandas recebidas até setembro/2016, totalizando 4.741 demandas, com exceção de denúncias, que serão integralmente apuradas.

2.4. Prestação de contas

Foi constatado que o município de Cachoeiro de Itapemirim está inadimplente com diversas obrigações perante o Tribunal de Contas do Estado. Não foram enviadas as prestações de contas bimestrais e anuais de vários períodos. Isso ensejou uma grande quantidade de notificações e citações emitidas pelo Tribunal de Contas aos gestores do município, cujo atendimento não foi constatado.

2.5. Fatos relevantes por órgão da estrutura administrativa

I) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS

A sede está instalada em um prédio de sete andares, sendo que o mesmo apresenta algumas deficiências estruturais, tais como: capacidade elétrica insuficiente e, por tal razão, sequer é possível a instalação de aparelhos de ar condicionado em todas as unidades administrativas e, com isso, em épocas de calor e atendimento maciço beira a insalubridade.

O prédio ainda não possui acessibilidade (rampa ou elevador) para os andares superiores, iluminação inadequada, dentre outras deficiências. O grande fluxo de pessoas (servidores, empresas licitantes e outros munícipes) pelas dependências do prédio onde está instalada a sede administrativa atualmente torna urgente a adoção de medidas concretas que viabilizem a adequação das instalações atuais para níveis minimamente aceitáveis.

A SEMASI conta com 167 (cento e sessenta e sete) servidores ativos, sendo distribuídos pelos seguintes setores: Licitação, Compras, Setor de Contratos e Convênios, Diário Oficial, Recursos Humanos, Protocolo, Escola do Servidor, Almoxarifado Central, Patrimônio, Arquivo Público Municipal, Documentos e Processos, Protocolo e a Gerência do Centro Municipal Urbano.

Foi realizado levantamento de processos em tramitação, bens patrimoniais (bens móveis e imóveis) de propriedade do município. De acordo com o levantamento, pode-se concluir que a PMCI não conhece o quantitativo de bens imóveis, nem tampouco a localização e valores destes.

Também foi realizado o levantamento dos contratos vigentes que estavam prestes vencer. Foi possível constatar a existência de contratos, de serviços importantes para a gestão municipal com prazo de vencimento logo nos primeiros dias de 2017, tais como: serviço de telefonia, aluguéis de equipamentos e sistemas, dentre outros.

II) SECRETARIA DE SAÚDE

Pode-se constatar a existência de várias obras paralisadas, conforme abaixo:

- Construção UBS Coramara
- Reforma PA Paulo Pereira Gomes
- Reforma do Centro Municipal de Saúde
- Reforma e Ampliação Unidade Saúde Village da Luz

Observou-se, ainda, que o convênio com o Hospital Infantil de Cachoeiro de Itapemirim para o funcionamento do Pronto Atendimento Infantil havia sido prorrogado por apenas 2 meses, com prazo de vigência até o dia 08/01/2017, mesmo existindo previsão orçamentária para a cobertura dos serviços durante os cinco primeiros meses do ano de 2017.

III) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Dentre as principais constatações feitas acerca da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino no município de Cachoeiro de Itapemirim, foi possível constatar a existência de:

- Mobiliários sem serem patrimoniados entregue nas escolas;
- Bens inservíveis em grande quantidade no galpão e nas Unidades de Ensino;
- Três galpões usados desordenadamente;
- Grande quantidade de uniformes escolares armazenada no galpão;
- Várias escolas sem manutenção e em péssimas condições de uso;
- Compra desnecessária de computadores;
- Aluguel de espaço para curso de Inglês, com escolas fechadas;
- Escolas com suprimentos até fevereiro de 2017;
- Irregularidades em duas obras concluídas – em desconformidade com o MEC – Super Creche do São Lucas e Super Creche do Aeroporto;
- Irregularidades em uma obra sem conclusão no bairro Village da Luz;
- Falta de Planejamento das atividades para o início do ano letivo;
- Índice de IDEB muito abaixo da média – das 29 escolas de 4º ao 5º ano, 10 estão abaixo da média das 18 escolas de 6º ao 9º - 15 estão abaixo da média do IDEB.

IV) SECRETARIA DE GESTÃO DE TRANSPORTES

- Secretaria sem contrato de combustível e com reservatórios com pouca capacidade de abastecimento;
- Tanque de 30.000L de combustível há mais de 3 anos sem funcionamento, por ausência de licenciamento ambiental;
- Três tanques de 15.000L sem a devida manutenção para possam ser utilizados;
- Bombas de combustíveis antigas, ao tempo e sem manutenção;
- Abastecimentos realizados todos os dias, inclusive no horário noturno, fins de semana e feriados, acarretando dificuldades no controle efetivo da utilização dos combustíveis;
- Falta de controle das cotas de combustíveis destinadas às secretarias municipais;
- Servidores que trabalhando com combustível sem a utilização de EPI's (uniformes, botinas, luvas, trapo, material para assepsia, filtro solar, etc);
- Extintores de incêndio vencidos e instalados em lado oposto ao das bombas de combustíveis;
- Recebimento de carregamentos de combustíveis sem laudo técnico que ateste a qualidade destes;
- Ausência da relação da frota de veículos, impossibilitando a identificação e quantificação dos veículos que compõem a frota oficial do município);
- Setores de oficina e borracharia sem ferramentas, insumos e lubrificantes (remendo de câmara de pneus, graxa, óleo de motor, etc);

- Contratos de manutenção praticamente sem saldo e outros finalizados por terem consumido todo o objeto contratado;
- Foram identificados veículos desmontados sem o devida guarda das peças retiradas;
- Identificação de veículos sucateados sem condições de reintegrar a frota;
- Ausência de histórico de manutenção dos veículos e equipamentos, sem o controle da troca de peças e de suas garantias;
- Veículos sem o devido licenciamento, alguns há mais de 4 anos;
- Mais de 60% da frota parada por falta de manutenção;
- Diversos veículos doados sem a devida transferência;
- Inúmeras multas de trânsito sem encaminhamento algum para providências e sem a identificação do infrator e sem pagamento;
- Frota insuficiente para atender toda a demanda da Administração;
- Ausência de identificação de alguns veículos que compõem a frota municipal.

V) SECRETARIA DE AGRICULTURA

Os principais pontos sobre a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura são apresentados abaixo:

- Os móveis e equipamentos da secretaria encontram-se em razoável estado de conservação;
- O município possuía convênio com a CEASA para o funcionamento de sua unidade. Ocorreu o vencimento do convênio, o qual não foi renovado, por orientação da Procuradoria Geral do Município, tendo em vista a CEASA possuir inscrição no CADIN por débitos relativos ao FGTS;
- Obras de restauração do Mercado da Pedra (QUINCAS LEÃO) em fase de acabamento. Embora tenha sido inaugurado no dia 28/12/2016, o Mercado ainda não dispõe de condições estruturais relativas à instalação elétrica adequadas ao seu funcionamento;
- Máquinas da “Patrulha Mecanizada”, serviço prestado pela SEMAG, paradas por problemas mecânicos, o que impede o atendimento aos agricultores do município. Além disso, o escritório que administra o serviços, localizado no parque de exposições municipal, está em péssimas condições de conservação, o que dificulta ainda mais a execução de tal serviço público;
- O Projeto de Habitação Rural, em parceria com a Caixa Econômica Federal e com a Comunidade, para Construção de 42 Unidades Habitacionais no Quilombola Monte Alegre (Pacotuba), em sistema de mutirão, está com atraso de 24 meses em relação ao previsto, sendo necessária uma revisão do objeto pactuado para a sua continuidade.

VI) SECRETARIA DE CULTURA

Os principais pontos da gestão da Secretaria Municipal de Cultura são:

- Casa da Memória - Biblioteca Municipal (sem manutenção há 5 anos);
- Estação Ferroviária (sem manutenção há 14 anos);
- Centro Operário e de Proteção Mútua (sem manutenção no telhado há mais de 20 anos);
- Casa de Roberto Carlos - O telhado da casa está com muitas telhas quebradas e fora do lugar, deixando diversas goteiras no interior da casa, danificando o acervo lá guardado. As madeiras do teto estão descascando por causa das goteiras e as madeiras do piso, estão danificadas, estufadas e destruídas, também pela água.

VII) AGERSA

Lei da Agersa – a Lei Municipal 6537/2011 revogou a Lei Municipal 4798/1999 (criação da AGERSA). Atualmente a AGERSA funciona sob o esteio da Lei 6537/2011 que a desnaturou como agência reguladora, mutilando aspectos típicos de tais agências, como, por exemplo a edição de resoluções, dificultando a concretização dos objetivos principais para os quais foi criada.

VIII) IPACI

O Instituto de Previdência contava, na data de 31/12/2016, com o quantitativo de 405 aposentadorias e 165 pensões; 07 licenças maternidades, 01 auxílio-reclusão e o pagamento de 84 beneficiários de salário-família. Abaixo são apresentados os principais aspectos relacionados à gestão do instituto:

- Existência de 50 demandas judiciais, que tratam da concessão de benefícios diversos, devolução de valores, procedimento licitatório, direitos dos servidores, dentre outros. Existe apenas uma demanda motivada pelo Instituto, referindo-se à execução de valores de Pessoa Jurídica prestadora de serviços;
- Na data de 31/12/2016 não existia vigente nenhum credenciamento de instituição financeira, em conformidade com a Portaria MPS Nº 519 de 24 de agosto de 2011;
- Ausência de contrato vigente com empresa de consultoria financeira para elaboração de Avaliação Mensal de Risco de Mercado da Carteira e dos Fundos de Investimento;
- Não Realização do aporte financeiro, por parte do município para a cobertura do déficit atuarial do RPPS.

3. ATENDIMENTO AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Os dados relativos aos limites Constitucionais foram evidenciados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). Para fins de elaboração do presente relatório foram utilizados os dados de encerramento do exercício de 2016, quais sejam: 3º quadrimestre e 6º bimestre, para o RGF e para o RREO, respectivamente.

3.1. Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde

O percentual de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde ao final do exercício de 2016 foi de 16,92% ante 17,35% referente ao exercício financeiro anterior, conforme demonstrado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), elaborado pela secretaria municipal de Fazenda, portanto, acima do limite mínimo de 15% estabelecido pela Constituição Federal. O total das receitas realizadas para fins de apuração do índice montou R\$ 210.146.130 (duzentos e dez milhões, cento e quarenta e seis mil, cento e trinta reais), sendo demonstrada no anexo do RREO da seguinte forma:

Receita realizada até o bimestre novembro/dezembro 2016		
Descrição da Receita	Valor (R\$)	%
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	66.692.163	29,33
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	14.073.162	6,19
Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos – ITBI	6.663.373	2,93
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	31.182.365	13,71
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7.380.710	3,25
Imposto Territorial Rural – ITR	0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	769.710	0,34
Dívida Ativa dos Impostos	6.622.843	2,91
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	160.684.509	70,67
Cota-Parte FPM	70.965.938	31,21
Cota-Parte ITR	130.805	0,06
Cota-Parte IPVA	13.624.161	5,99
Cota-Parte ICMS	73.323.064	32,25
Cota-Parte IPI Exportação	1.948.028	0,86
Compensação Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	692.512	0,30
Desoneração ICMS (LC 87/96)	692.512	0,30
TOTAL GERAL (III) = I + II	227.376.672	100%

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

Despesas Com Saúde (considerando despesas liquidadas – novembro/dezembro 2016)	
Descrição da Despesa (considerando valores liquidados)	Valor (R\$)
DESPESAS CORRENTES (I)	58.793.191
Pessoal e Encargos Sociais	40.505.880
Juros e Encargos da Dívida	0
Outras Despesas Correntes	18.287.311
DESPESA DE CAPITAL (II)	1.605.386
Investimentos	1.605.386
Inversões Financeiras	0
Amortização da Dívida	0
(-) Despesas Não Computadas Para Fins de Apuração (III)	(23.258.363)
TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE IV = I + II – III	38.467.787

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

Apuração do percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde	
Total da Receita Para Fins de Apuração (I)	227.376.672
Total da Despesa Para Fins de Apuração (II)	38.467.787
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE (%) III = II / I x 100	16,92

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

3.2. Aplicação de recursos com a manutenção e desenvolvimento do ensino

O percentual de aplicação de recursos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foi de 24,46% ante resultado de 25,24% no exercício anterior, estando **ABAIXO** do limite mínimo estabelecido de 25%.

Receita realizada até o bimestre novembro/dezembro 2016		
Descrição da Receita	Valor (R\$)	%
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	66.692.163	29,33
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	14.073.162	6,19
Dívida Ativa do IPTU	5.253.668	2,31
Multas, Juros de Mora, Atualizações Monetárias e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	769.710	0,34
Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos – ITBI	6.663.373	2,93

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	31.182.365	13,71
Dívida Ativa do ISS	1.369.175	0,60
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7.380.710	3,25
Imposto Territorial Rural – ITR	0	0
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	160.684.509	70,67
Cota-Parte FPM	70.965.938	31,21
Parcela referente a CF, art. 159, I, alínea b	66.259.162	29,14
Parcela referente a CF, art. 159, I, alínea d	4.706.775	2,07
Cota-Parte ICMS	73.323.064	32,25
ICMS desoneração – LC 87/1996	692.512	0,30
Cota-Parte IPI exportação	1.948.028	0,86
Cota-Parte ITR	130.805	0,06
Cota-Parte IPVA	13.624.161	5,99
Cota-parte IOF-Ouro	0	0
TOTAL GERAL (III) = I + II	227.376.672	100%

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

Despesas Com Ações Típicas de MDE – novembro/dezembro 2016)	
Descrição da Despesa (considerando valores liquidados)	Valor (R\$)
EDUCAÇÃO INFANTIL (I)	49.637.669
Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	32.153.832
Despesas custeadas com outros recursos de impostos	17.483.837
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (II)	45.746.256
Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	37.880.347
Despesas custeadas com outros recursos de impostos	7.865.909
(-) Despesas Não Computadas Para Fins de Apuração (III)	(39.768.366)
TOTAL DA DESPESA COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE IV = I + II – III	55.615.559

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

Apuração do percentual de aplicação em ações típicas de MDE	
Total da Receita Para Fins de Apuração (I)	227.376.672
Total da Despesa Para Fins de Apuração (II)	55.615.559

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE (%) III = II / I x 100**24,46**

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

3.3. Total das despesas com pessoal

Despesa Total com Pessoal – 2016			
Período de apuração	Receita corrente líquida (I)	Despesa líquida com pessoal (II)	Percentual apurado da despesa com pessoal II = (II/I*100)
1º quadrimestre	357.381.990	181.057.067	50,66
2º quadrimestre	368.760.497	181.841.697	49,31
3º quadrimestre	378.516.834	183.528.022	48,49

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 2016 – Quadrimestre setembro/dezembro 2016.

Para o 1º e 2º quadrimestres de 2016 foi apurado índice de gasto com pessoal acima do limite de alerta, já para o 3º quadrimestre, com o crescimento da RCL, mesmo havendo acréscimo na despesa total com pessoal, o indicador final foi posicionado abaixo do limite de alerta. Destaca-se que, durante o 1º e o 2º quadrimestres não foram adotadas medidas para o retorno do índice para dentro dos limites estabelecidos em Lei.

4. Operações de Créditos

Receitas	Previsão atualizada	Receitas atualizadas	Saldo não realizado
Receita de operação de crédito (I)	3.196.840	1.680.730	1.516.101

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

Despesas (II)	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas inscritas em restos a pagar não processados	Saldo não executado
Despesas de capital (II)	54.585.645	43.566.402	27.604.558	15.960.586	11.019.243

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

	Previsão atualizada	Despesas empenhadas	Saldo não realizado
Apuração da regra de ouro (II – I)	-51.388.804	-41.885.663	-9.503.141

Fonte: Diário Oficial do Município – Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 2016 – Bimestre novembro/dezembro 2016.

5. Desempenho da Arrecadação Municipal

A tabela abaixo apresenta o comportamento da arrecadação municipal ao longo dos últimos 3 exercícios (2014 a 2016).

Receita por natureza da despesa 2014 a 2016			
Receita	2014	2015	2016
Receitas correntes	385.860.811,85	388.167.235,87	419.324.622,82
Receita de capital	6.405.091,00	8.097.394,80	3.538.885,36

Receita prevista x receita arrecadada			
Receita	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receita arrecadada
Impostos	56.538.899,52	56.538.899,52	59.299.610,23
Taxas	3.494.513,02	3.931.351,20	4.076.437,66
Transferências correntes	274.825.148,93	294.156.664,63	273.259.227,06
Receita de Capital	8.319.050,37	10.003.602,12	3.538.885,36

Abaixo é demonstrado o comportamento da arrecadação mensal do município ao longo do exercício de 2016.

Receita Tributária - Impostos					
Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
Janeiro	3.150.429,43	Maio	4.828.489,12	Setembro	4.760.082,99
Fevereiro	3.549.510,32	Junho	4.882.986,89	Outubro	3.841.033,34
Março	4.537.190,28	Julho	4.249.904,84	Novembro	4.141.828,67
Abril	11.524.222,66	Agosto	4.421.991,62	Dezembro	5.411.939,07
TOTAL (I)	22.761.352,69	TOTAL (II)	18.383.373,47	TOTAL (III)	18.154.884,07
TOTAL GERAL IV = I + II + III					59.299.610,23

Receita Tributária - Taxas					
Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
Janeiro	36.662,27	Maio	389.462,70	Setembro	170.033,45
Fevereiro	59.035,12	Junho	361.507,60	Outubro	178.493,30
Março	142.318,16	Julho	287.899,58	Novembro	181.416,85
Abril	1.840.772,01	Agosto	188.124,15	Dezembro	240.712,47
TOTAL (I)	2.078.787,56	TOTAL (II)	1.226.994,03	TOTAL (III)	770.656,07
TOTAL GERAL IV = I + II + III					4.076.437,66

Transferências Correntes					
Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
Janeiro	22.148.096,95	Maio	25.558.617,51	Setembro	19.574.196,22
Fevereiro	21.617.071,41	Junho	19.002.700,88	Outubro	20.471.154,58
Março	21.291.870,68	Julho	23.491.277,28	Novembro	24.222.266,93
Abril	22.418.515,43	Agosto	21.536.564,51	Dezembro	31.746.894,68
TOTAL (I)	87.475.554,47	TOTAL (II)	89.589.160,18	TOTAL (III)	96.194.512,41
TOTAL GERAL IV = I + II + III					273.259.227,06

Receita de Capital					
Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
Janeiro	315.860,57	Maio	135.236,67	Setembro	100.300,00
Fevereiro	279.565,17	Junho	300,00	Outubro	300,00
Março	118.348,77	Julho	588.311,08	Novembro	220.643,55
Abril	470.313,00	Agosto	209.950,17	Dezembro	1.099.756,38
TOTAL (I)	1.184.087,51	TOTAL (II)	933.797,92	TOTAL (III)	1.420.999,93
TOTAL GERAL IV = I + II + III					3.538.885,36

6. Renúncia de receitas

A renúncia de receita prevista na tabela 9 – demonstrativo VII – estimativa e compensação da renúncia de receita, constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é decorrente de isenções, remissão, redução da base de cálculo, anistia e redução de multas/juros. Os valores totais de renúncia de receita para o exercício de 2016 e para os dois subsequentes estão demonstrados no quadro abaixo:

Exercício	Renúncia de receita prevista
2016	12.561.950,00
2017	12.673.100,00
2018	13.825.580,00

Fonte: Relatório de Gestão da Subsecretaria Tributária – 2016.

Isenções de IPTU – 2016		
Imóveis situados no distrito industrial de São Joaquim	896	848.157,12
Incentivo Fiscal concedido pela Lei 4.970/2000	35	269.532,39
Enquadramento CTM	3.413	231.449,24
Outras Isenções	1	2.371,00
Loteamentos	224	124.031,20
Total	4.569	1.475.540,95

Fonte: Relatório de Gestão da Subsecretaria Tributária – 2016.

Entretanto, não há medidas de compensação para cada uma das hipóteses de renúncia de receitas.

7. Precatórios

No exercício de 2016 foram pagos R\$ 1.334.493,42 (hum milhão, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e dois centavos) referentes a precatórios incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme plano de trabalho. 28.846.

8. Montante do gasto com publicidade

O Poder Executivo Municipal possui os contratos números 58, 59 e 60, todos assinados no exercício de 2014, com a empresa ArtCom Comunicação e Design Ltda. para a prestação de serviços de publicidade e propaganda para os órgãos da administração direta, especificamente, para as secretarias municipais de comunicação social, saúde e assistência social. Ao longo do exercício financeiro foram executados os seguintes valores referentes à contratação em destaque:

Gastos com Publicidade – 2016			
Entidade	Empenhado	Liquidado	Pago
PMCI	890.000,00	395.261,68	395.261,68
AGERSA	29.031,87	28.551,41	28.551,41
IPACI	0,00	0,00	0,00
TOTAL	919.031,87	423.813,09	423.813,09

Fonte: Sistema Informatizado de Gestão Contábil – e-Safira: 24-mar-2017.

9. Recuperação de créditos tributários

Durante o exercício de 2016, a gerência de cobrança da Secretaria Municipal de Fazenda efetuou cobrança através de ligação telefônica, carta de cobrança e outras correspondências. No mesmo

período foram encaminhadas 960 Certidões de Dívida Ativa para execução judicial, totalizando R\$ 4.719.211,41 (quatro milhões setecentos e dezenove mil, duzentos e onze reais e quarenta e um centavos).

Houve recuperação de créditos tributários e encaminhamento de cobranças extrajudiciais, evitando o envio de cobrança por meio judicial. Durante o ano de 2016 foram enviadas 3.428 Certidões da Dívida Ativa para cobrança extrajudicial, totalizando R\$ 15.724.016,40 (quinze milhões, setecentos e vinte e quatro mil, dezesseis reais e quarenta centavos).

9.1. Providências no âmbito da fiscalização tributária

Além do encaminhamento de Certidões da Dívida Ativa para a execução judicial e extrajudicial, foram desenvolvidas ações relacionadas à fiscalização do ISS, fiscalização conjunta do ICMS, análise de viabilidade de empreendimentos, dentre outras

Lançamento de IPTU e Receita Arrecadada								
Exercício	Imóveis cadastrados			Lançamentos			Receita de IPTU	
	Com edificação	Sem edificação	Total	Carnês calculados	Carnês entregues	Valor lançado (R\$)	Carnês quitados	Valor
2014	55.159	12.120	67.279	60.193	49.316	15.103.031,88	42.139	9.093.451,20
2015	56.688	12.109	68.797	61.777	55.203	18.819.780,50	45.037	10.793.660,25
2016	61.000	12.045	73.045	66.895	57.902	24.805.393,29	46.136	14.073.162,06

Fonte: Relatório de Gestão da Subsecretaria Tributária – 2016.

Pedidos de Análise de Viabilidade Solicitados				
Exercício	Via Protocolo PMCI	Via REGIN – JUCEES		Total
		Viabilidade normal	Análise do MEI	
2014	645	4.895	4.419	9.959
2015	658	4.544	4.548	9.750
2016	693	5.280	4.788	10.761

Fonte: Relatório de Gestão da Subsecretaria Tributária – 2016.

9.2. Gestão da Dívida Ativa

O saldo inicial da dívida ativa para o exercício de 2016, segundo relatório da Subsecretaria Tributária, foi de R\$ 135.952.393,94 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos). Os lançamentos, incluindo

atualização monetária, juros, multas e demais encargos financeiros, totalizaram o valor de R\$ 38.723.260,58 (trinta e oito milhões, setecentos e vinte e três mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta e oito centavos). Ainda no exercício de 2016 houve recebimento de R\$ 11.251.442,69 (onze milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos). As demais informações detalhadas referentes à dívida ativa estão disposta no quadro abaixo:

Saldo inicial em dívida ativa em R\$	Lançamentos				Recebimentos	Cancelamentos previstos na legislação	Saldo final da dívida ativa R\$
	Valor crédito tributário exercício anterior R\$	Valor atualização monetária R\$	Valor encargos financeiros R\$	Valor juros e multas R\$	Valor arrecadado em dívida ativa R\$	Valor R\$	
135.952.393,94	23.047.783,33	13.012.092,08	1.468.084,37	1.195.300,80	11.251.442,69	2.609.448,63	160.814.763,20

Fonte: Relatório de Gestão da Subsecretaria Tributária – 2016.

Resumo da Movimentação da Dívida Ativa – 2016	
Saldo inicial da dívida ativa	135.952.393,94
(+) Lançamentos	38.723.260,58
(-) Recebimentos	11.251.442,69
(-) Cancelamentos	2.609.448,63
(=) Saldo final da dívida ativa	160.814.763,20

Fonte: Relatório de Gestão da Subsecretaria Tributária – 2016.

Comportamento da Dívida Ativa 2014 a 2016							
	2014 (I)	2015 (II)	Diferença (II – I)	Variação % (II/I) - 1	2016 (III)	Diferença (III – II)	Variação % (III/II) - 1
Saldo Final em dívida ativa	115.469.786,64	135.952.393,94	20.482.607,30	17,74%	160.814.763,20	24.862.369,26	18,29%

Fonte: Relatório de Gestão da Subsecretaria Tributária – 2016.

10. Participação acionária do Município

A DATACI é uma companhia criada pelo Governo Municipal com a finalidade específica de prestar serviços de tecnologia da informação e comunicação a todos os órgãos e entidades que integram a Administração Pública Municipal. Findo o exercício de 2016, o valor do capital próprio (patrimônio líquido) da Companhia montava o valor total de R\$ 1.957.506,00 (hum milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e seis reais). No mesmo exercício, foi registrado no balanço patrimonial uma aplicação total no ativo igual a R\$ 2.442.184 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e quatro reais).

A DATACI, enquanto empresa pública (direito privado) municipal não consolida as suas

demonstrações com os demais órgãos da administração indireta e com a administração direta, entretanto, por ter sua constituição realizada, exclusivamente, com capital público, sendo o município detentor de cem por cento de sua participação, deveria ter seus resultados reconhecidos pela PMCI como investimentos permanentes, no grupo ativo não circulante, com a correspondente mensuração sendo realizada pelo método da equivalência patrimonial, conforme transcrito no item 3.2.4.1. Método da Equivalência Patrimonial - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 7ª edição:

“As participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

O valor do investimento permanente avaliado pelo método da equivalência patrimonial será obtido mediante o seguinte cálculo:

- a. Aplicação do percentual de participação no capital social sobre o resultado da subtração do patrimônio líquido da investida do valor do adiantamento para aumento de capital concedido a essa; e*
- b. Subtração, do montante referido na alínea “a”, dos lucros não realizados nas operações intercompanhias, líquidos dos efeitos fiscais.”*

Conforme excerto extraído do MCASP 7ª edição verifica-se que há equívoco no tratamento contábil, por parte da PMCI, da participação referente à DATACI, tendo em vista o não reconhecimento da empresa pública nos demonstrativos contábeis do órgão controlador.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 26 de abril de 2017.

Victor da Silva Coelho
Prefeito Municipal